

O ACIRRAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES DE MACHISMO E FASCISMO NO CAPITALISMO DEPENDENTE E SEUS REFLEXOS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA¹

Renata Couto Moreira²

Resumo: A questão explorada nesse artigo encontra-se dentro do debate sobre o acirramento do machismo na universidade no contexto de recessão. Para trata-la do ponto de vista da totalidade propôs-se a pesquisar como as relações entre classes e sexos institucionalizam-se no capitalismo dependente, partindo de seus fundamentos econômicos para compreender suas formas de manifestação no machismo e sua articulação com o fascismo na universidade brasileira, assim como sua funcionalidade na manutenção do *status quo*. O debate passa pelo aprofundamento da compreensão dos mecanismos de submissão dos países capitalistas dependentes no mercado mundial e os antagonismos entre e dentro das classes que alimenta no plano nacional e na condição da mulher e do homem trabalhadores. Os nexos dessa relação abrem caminho para desenvolver as especificidades do Brasil em relação ao totalitarismo das classes dominantes para manter seu controle sobre o Estado imposto através de mecanismos fascistas e da violência institucionalizados, com destaque para o machismo. A partir dessas determinações passamos ao debate dos reflexos destas relações e reforço das mesmas na subordinação da universidade brasileira e de como a inferiorização da mulher legitima sua integração periférica na sociedade e o aprofundamento da própria dependência em si. E por fim, tecemos algumas reflexões no sentido de avanço no processo de libertação feminina, no entendimento da questão de gênero como parte da questão social devendo ser tratada concomitante ao processo de libertação do próprio homem, dando ênfase ao papel que a universidade pode assumir na emancipação da sociedade de classes.

Palavras-chave: feminismo, totalitarismo de classe, capitalismo dependente

Abstract: The question explored in this paper is within the debate about the intensification of the male chauvinism at the university in context of recession. To treat it from the totality point of view we propose a research on how the relations between classes and sexes become institutionalized in the dependent capitalism, starting from its economics foundations to comprehend its manifestations forms in the male chauvinism and its articulation with the fascism in the Brazilian university, as well as its functionality in the maintenance of the status quo. The debate goes through the

¹ Texto sistematizado e ampliado a partir da exposição no debate “MACHISMO NA UNIVERSIDADE” proferido na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 18/11/2015. Organização: METUIA; PET-SERVIÇO SOCIAL; PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL; Núcleo de Estudos da Violência; SERVIÇO SOCIAL, em resposta a ocorrências de discriminação e machismo entre estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e técnicas administrativas.

² Professora Adjunta do Departamento de Economia e do programa de pós-graduação em Política Social da UFES; ex-diretora da Adufes/ANDES (gestão Adufes forte pela base – 2014/2015); e-mail: renata.moreira@ufes.br.

deepening of the comprehension about the mechanisms of submission of the dependent capitalist countries in the world market and the antagonisms between and within classes they feed in national plan and in woman and man workers conditions. The links of these relations opens the way to develop the particularities of Brazil in relation with the totalitarianism of the dominant classes to maintain the State control imposed through fascists' mechanisms and the institutionalized violence, with detach to male chauvinism. From these determinations we pass to the debate about the reflections of these relations and its reinforcement in the subordination of Brazilian university and how woman inferiorization legitimizes her peripheral integration on the society and the deepening of dependence itself. And finally, we bring some reflections in the sense to advance in the women's liberation, understanding that gender question, as part of social question, may be treated concomitantly with the process of liberation of man himself, with emphasis in the role that the university can assume in emancipation of classes society.

Key-words: feminism, totalitarianism of class, dependent capitalism

1. INTRODUÇÃO

Para tratar o tema proposto dentro do debate sobre o acirramento do machismo na universidade no contexto de recessão, partimos da hipótese de que, enquanto instituição da superestrutura social, a universidade reproduz as relações sociais dominantes em curso e as projeta novamente à sociedade, reforçadas pela via da educação. Representa assim instrumento que tem servido historicamente à função de dominação e manutenção de privilégios de uma minoria, ao contrário de sua missão instituída e tantas vezes propalada de “democratização do acesso à educação e ao desenvolvimento do ser humano contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva”. Os movimentos sociais de luta pela educação pública no Brasil conquistaram os preceitos da autonomia e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no Artigo 207 da constituição de 1988 em torno dessa missão. No entanto, para sair do papel existem ainda muitos desafios a seu exercício. A questão que se coloca em evidencia a ser explorada é, portanto, a de compreender como as relações entre classes e sexos institucionalizam-se no capitalismo dependente, partindo de seus fundamentos econômicos para explicar suas formas de manifestação no machismo e no fascismo na universidade brasileira e sua funcionalidade na manutenção do *status quo*.

Nessa concepção, entendemos que na sociedade que vivemos, organizada segundo o modo de produção capitalista, o fator sexo opera de modo a marginalizar a mulher na vida econômica e política por meio de vários mecanismos socialmente estabelecidos que reforçam a dominação sobre

a classe trabalhadora como um todo (SAFFIOTI, 1976). Esse ponto de vista contrapõe-se necessariamente à naturalização da submissão da mulher devido a determinismos biológicos supostamente inferiores e difundidos como mitos sobre deficiências do organismo ou da personalidade femininos. A categoria gênero torna-se fundamental nesta pretendida “desnaturalização” da opressão e da discriminação da condição da mulher na sociedade. Como discute Campos (2011), este conceito desvenda o mecanismo de subjugação historicamente imposto às mulheres condenando-as a serem “*cidadãs de segunda categoria*” por forças sociais que se manifestam em variadas dimensões. Apesar de não negar diferenças biológicas que de fato existem entre seres dos dois sexos, a categoria enfatiza o caráter social do debate, *locus* onde se constroem as relações desiguais entre os sexos.

No Brasil, os mecanismos e as dimensões em que se manifestam as desigualdades entre os sexos, e seus reflexos na universidade, apresentam especificidades relacionadas ainda a seu desenvolvimento enquanto país capitalista dependente, submetido além da ordem da divisão de classes interna, às determinações do centro hegemônico na divisão internacional do trabalho e no movimento cíclico do capitalismo mundial. A partir da concepção de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global, os autores da teoria marxista da dependência³ argumentam sobre a necessidade do avanço dos países centrais e dominantes se dar às expensas da subordinação das economias dos países periféricos e dependentes latino-americanos, com reflexos específicos na configuração das opressões e da luta de classes nestes. Para Leher e Motta (2014) essas particularidades darão a tônica da heteronomia do trabalho acadêmico no Brasil e da própria refuncionalização do projeto de universidade e de sua função social num sentido privatista e subordinado aos interesses mercantis internacionais incidindo no aprofundamento das relações de opressão e dependência.

Essas ideias serão articuladas neste artigo que se propõe a tratar o tema da intensificação do machismo na universidade com o aprofundamento da crise estrutural do capital. Para tanto, a exposição do debate passará pelo aprofundamento da compreensão dos mecanismos de submissão dos países capitalistas dependentes à dinâmica dos centros hegemônicos pelo mercado mundial e os antagonismos entre e dentro das classes que alimenta no plano nacional e na condição do homem trabalhador enquanto mediadores da marginalização da mulher e funcionais às classes dominantes. Os nexos dessa relação abrem caminho para desenvolver as especificidades do Brasil em relação à fundamentação da classe dominante para manter seu controle sobre o Estado através de mecanismos fascistas e da violência institucionalizados, com destaque para o machismo, no que será

³ Cujos trabalhos pioneiros se deram nos anos 1970 por Teotônio dos Santos (2012), Rui Mauro Marini (1991), André Gunder Frank (1991) e Vânia Bambirra (1974).

desenvolvido pela categoria do modelo autocrático de dominação burguesa de “totalitarismo de classe” em Florestan Fernandes (2015). A partir dessas aproximações passaremos ao debate dos reflexos destas relações e reforço das mesmas dentro do âmbito da universidade e de como a inferiorização da mulher nas situações de formação e trabalho legitimam sua integração periférica na sociedade enfraquecendo também sua participação política e inserção nas esferas de poder. E por fim, tecemos algumas reflexões no sentido de avanço na construção de força real para o processo de libertação feminina, no entendimento da questão de gênero como parte da questão social devendo ser tratada concomitante ao processo de libertação do próprio homem, dando ênfase ao papel que a universidade pode assumir na emancipação da sociedade de classes.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Submetidos à configuração da divisão internacional do trabalho para atender as demandas por matérias primas e alimentos a baixos custos das economias hegemônicas, a evolução do capitalismo nos países latino-americanos rompe a realização do ciclo do capital dentro do próprio desenvolvimento do mercado interno, visto que prioriza a produção voltada à exportação de *commodities*. Segundo Dos Santos (2012), essa especialização produtiva em produtos primários e de baixa tecnologia incorporada, voltados para o mercado externo, abre espaço para o aprofundamento das desigualdades salariais internas e da própria exploração dos trabalhadores na totalidade do sistema, o que se intensifica em momentos de crise do capital. Cria-se assim um mecanismo bastante eficiente de transferência de valores dos países dependentes ao centro hegemônico do capitalismo, via relações internacionais estabelecidas com bases em monopólios constituídos pelos países centrais e no “*segredo das trocas desiguais*”, nos termos de Marini (1991). O processo de desenvolvimento capitalista se dá, na perspectiva desses autores, de forma desigual e combinada entre países e no interior destes, visando em última instância garantir a acumulação do capital do ponto de vista do sistema como um todo.

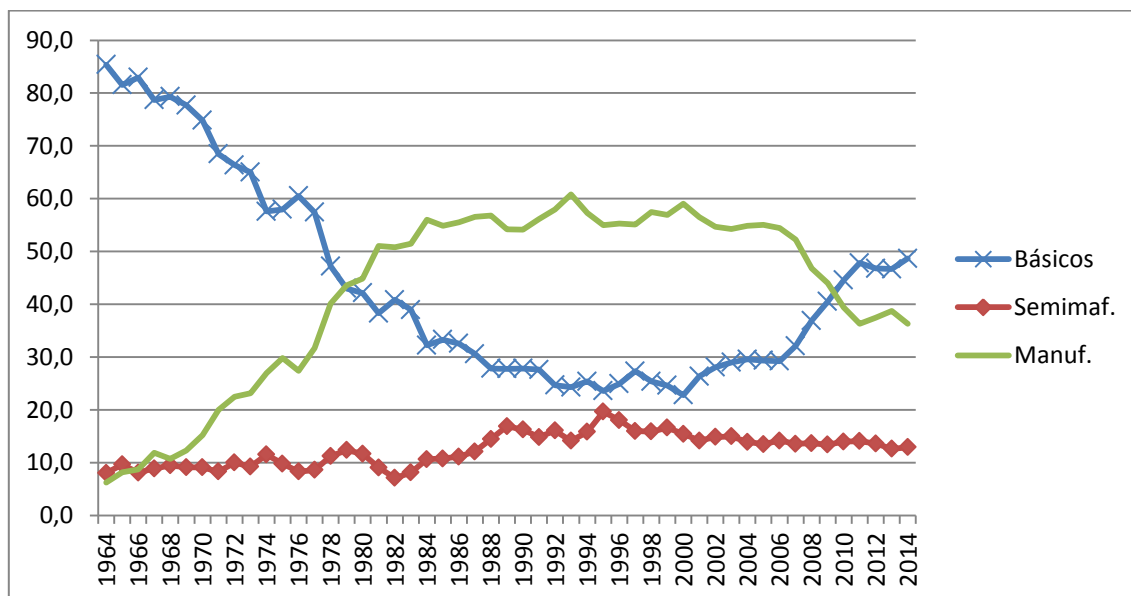
Levando em consideração o mecanismo tendencial de equalização das taxas de lucro no processo de transformação de valores em preços de produção da concorrência capitalista em Marx (1986)⁴, os

⁴ Segundo essa lei geral, os setores com menor composição orgânica do capital (relação em termos de valores entre capital constante e capital variável – c/v), submetidos a uma mesma taxa de mais-valia (relação entre a massa de mais-valia e capital variável – m/v), estariam *a priori* associados a maiores taxas de lucro (relação entre a massa de mais-valia e capital total – $m/(c+v)$) que os setores com maior proporção de capital constante (c) relativa ao capital variável (v). No entanto, a tendência ao longo do tempo é que com a migração de capitais em busca dos ramos mais lucrativos segundo as leis da concorrência capitalista, o ajuste nos preços de mercado ocorra de forma a equalizar as taxas de lucro entre os ramos de produção, culminando em um processo de transferência de valores dos ramos de menor composição orgânica para os de maior. Mais detalhes em Marx (1986) no Livro 3 volume IV.

países cuja pauta de exportações se especializa em um número restrito de *commodities* produzidas por setores com relativamente menores composições orgânicas do capital, estariam transferindo valor aos países que monopolizam a exportação de mercadorias produzidas por setores de maior composição, ou seja, deixando mais valor do que o que se apropriam nas trocas internacionais. Marini (1991) explica dessa forma, a possibilidade de desigualdade dos valores trocados apesar da aparente igualdade entre os agentes nos contratos firmados no comércio mundial, o que designou de “*segredo das trocas desiguais*”. Essa transferência de valores é ampliada pela remessa de lucros e pagamentos de juros vinculados aos investimentos diretos externos no país, monopolizados por grandes corporações internacionais. Dessa forma, a economia submetida perde ainda mais o controle sobre suas decisões de produção, sobre grandes setores estratégicos e sobre suas fontes de recursos naturais, como destaca Dos Santos (2012), aprofundando a dependência também nas esferas tecnológica e financeira.

Delgado (2010) evidencia este movimento que designa de reprimarização da pauta de exportações para a economia brasileira entre os anos de 1964 e 2010 com retrocesso nas exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados, e aumento na participação relativa de produtos básicos nas exportações brasileiras por fator agregado. Os dados atualizados até 2014 pelas informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) podem ser vistos no Gráfico 1.

Gráfico 1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO: 1964 a 2014
(Participação % do Total Geral)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior.

O ponto crítico de virada em que a participação das exportações de produtos básicos ultrapassa a de manufaturados se dá entre 2009 e 2010, momento de maior repercussão da crise mundial do capitalismo no Brasil. Vale destacar o aumento vertiginoso após o relançamento do agronegócio durante o II governo Fernando Henrique Cardoso, política que continuou nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, período em que a participação dos produtos básicos salta de 22,8% em 2000 para 48,7% da pauta em 2014. Por outro lado, a participação das exportações de manufaturados regride de forma análoga, caindo de 59% para 36,3% no mesmo período.

Delgado (2010) denuncia também a subordinação das burguesias locais ao imperialismo das nações dominantes compatibilizando a possibilidade de ganhos vultosos para ambos pela simplificação e especialização das cadeias produtivas, tanto na indústria, como na agricultura. O direcionamento da economia à exportação de meia dúzia de commodities que representam quase a metade de todas as exportações brasileiras (restritas aos setores de soja, milho, suco-alcooleiro, carnes, celulose e madeira - que em 2015 representaram 74,6% das exportações do agronegócio brasileiro⁵, responsável por 33,8% das exportações totais - e da indústria extrativa mineral, que representou 15,7% das exportações no mesmo ano) transfere enorme montante de recursos às corporações internacionais, tendo o Estado e suas instituições como mediadores. Soma-se a isso a aceleração dos pagamentos de serviços da dívida pública e a remessa de lucros e dividendos ao exterior devido à desnacionalização de ramos estratégicos da economia que embutem um déficit estrutural tanto no orçamento público, como no balanço de pagamentos, aprofundando a dependência por vultosos saldos comerciais.

Esse déficit estrutural segundo Delgado (2010), é reflexo da remuneração do capital estrangeiro aportado no país cuja resultante vem sendo fortemente negativa chegando em 2010 a um saldo médio de -70,63 bilhões de dólares. Pelos dados do MDIC as remessas de juros, lucros e dividendos somaram sozinhas -67,55 bilhões de dólares em 2010. Apesar de uma redução a partir de 2012, atingindo -42,71 bilhões de dólares em 2015, se somados aos -36,98 bilhões de dólares da conta de serviços, mantiveram ainda um déficit nas transações correntes neste último ano. Para suprir esta lacuna, a política econômica vem sendo orientada com prioridade ao setor primário exportador, que para alcançar êxito depende do movimento conjuntural dos preços internacionais das commodities e das taxas de câmbio.

O resultado dessa orientação é que a partir de 2008, o saldo da conta corrente vem acumulando déficits. Pela série histórica atualizada do Banco Central do Brasil (BCB) evoluiu de -75,76 bilhões

⁵ Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

de dólares em 2010, com pico de –104,18 bilhões de dólares em 2014, encerrando no ano de 2015 em –58,94 bilhões de dólares. A perda de competitividade das exportações de manufaturados e semimanufaturados e o crescimento exacerbado do déficit na conta de serviços e rendas conformam os limites e a volatilidade dessa estratégia de desenvolvimento e inserção na divisão internacional do trabalho sob o jugo das potências imperialistas.

Assim, internamente nos países dependentes, para compensar esta transferência de valores e garantir os lucros e rendas das classes dominantes, é preciso gerar ainda maiores excedentes, o que só se torna possível pela combinação de tecnologias avançadas com formas “arcaicas” de relações sociais de produção, pautadas na superexploração dos trabalhadores latino-americanos em geral, e brasileiros em particular. Estas relações de trabalho (nas quais os trabalhadores são sistematicamente explorados para além da máxima extração do trabalho excedente, mas também de parte do trabalho socialmente necessário para a sua própria reprodução enquanto força de trabalho) tornam-se estruturantes do capitalismo dependente, e não mais conjuntural como na análise de Marx (1986). A característica de não realização do ciclo do capital nos mercados internos condiciona a dependência de realização do capital aos mercados externos, e propicia a estruturação e aprofundamento do mecanismo de superexploração, visto que não necessita dos trabalhadores dos países periféricos como consumidores das mercadorias produzidas, e submete estas nações à condição de desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1991).

Em “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, Florestan Fernandes (1972) trabalha a tese da dependência dentro da dependência que submete a economia brasileira. Além da submissão às economias centrais pela dependência por exportações de produtos primários, haveria ainda uma dependência interna da economia agrária à economia urbano-industrial no processo de formação socioeconômico brasileiro com uma espoliação sistemática da primeira. Essa submissão da agricultura à indústria e do campo à cidade, reproduziu internamente a relação centro-periferia entre ramos de atividade e regiões e acompanhou a dinamização da região sudeste como polo urbano-industrial dominante no Brasil desde a proclamação da república, e intensificada após a década de 1930.

A caracterização dessa dupla articulação do capitalismo dependente e subdesenvolvido com bases no desenvolvimento desigual interno e na dominação imperialista externa engendra de um padrão próprio de transformação capitalista e de dominação burguesa que leva a uma ressignificação da concepção de desenvolvimento e democracia burguesa (FERNANDES, 2005). Enquanto o desenvolvimento capitalista dependente reforça a industrialização como modelo de modernidade,

esta se limita na reprodução do processo histórico do ciclo econômico extremamente concentrado em poucas metrópoles, com foco para São Paulo.

Concomitantemente, para manter mecanismos de renovação e fortalecimento do poder burguês, há uma dissociação pragmática entre capitalismo e democracia culminando na consolidação do que o autor nomeará de “*modelo autocrático burguês*”. Este atua no sentido de inverter a realidade e redefinir a noção de democracia burguesa, que se mantém restrita aos membros da classe possuidora e suas elites, e propicia a incorporação ao espaço econômico, cultural e político de valores das nações hegemônicas imperialistas.

A inversão da realidade que sustenta esta relação de dominação e dependência, argumenta Fernandes (1972), coloca a ideologia da sociedade metropolitana como modelo de desenvolvimento e modernidade a ser perseguido, e propicia a reprodução da economia central nas economias periféricas. Estas ao afirmarem seus próprios interesses, servem para alimentar o desenvolvimento da economia dominante e, portanto, dos próprios vínculos de dependência e subordinação. Nega-se assim, a própria liberdade do agente econômico que se restringirá a uma margem de auto-realização. A “liberdade contida” conceituada pelo autor expressa esta contradição do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que ao afirmar-se em seus próprios interesses, serve de instrumental para a afirmação dos interesses e vontade dos países centrais, no plano internacional, e dos polos industriais, no plano nacional. Na base deste processo, tem-se a submissão do agente econômico e o subdesenvolvimento das relações capitalistas de produção como uma face do desenvolvimento do capitalismo mundial nas economias periféricas ao sistema hegemônico.

Assim, na perspectiva das classes dominantes (latifundiários, industriais, comerciantes, banqueiros e rentistas) a dependência aparece como um mal necessário, com características naturalizadas e benéficas. Primeiro para a manutenção de privilégios, visto que estes agentes econômicos dominantes não se separam completamente no Brasil. Segundo, por que são orientados por motivações capitalistas de desenvolvimento econômico, mesmo que estas gerem seus próprios obstáculos com o aprofundamento da dependência dentro da dependência. A economia agrária é colocada nesta perspectiva de análise como espinha dorsal interna do capitalismo dependente. Este, por sua vez, condena a revolução agrícola nas relações sociais de produção e causa o próprio esvaziamento do capitalismo agrário, com consequências diretas sobre a neutralização da revolução burguesa no Brasil, criando um impasse na revolução nacional.

O subdesenvolvimento compreendido dessa forma, como a outra face do desenvolvimento capitalista e não a falta deste, não só submete os países dependentes à sua própria condição de

subdesenvolvimento e dependência, como também aprofunda os antagonismos entre e dentro das classes de acordo com o movimento cíclico do capitalismo mundial. Classes estas tomadas em um nível mais concreto de análise não se apresentam como um todo homogêneo, exibindo fissuras e tensões internas que devem ser visibilizadas para a compreensão da marginalização da mulher (e da pobreza, da negra, da jovem, da camponesa, da índia, da homossexual...) na vida econômica e social, e as formas institucionalizadas para a manutenção da opressão sobre toda a classe trabalhadora e dos privilégios dos donos do poder mesmo em contextos de recessão.

3. MARGINALIZAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA E SUA FUNCIONALIDADE AO TOTALITARISMO DE CLASSE

A classe social, como estruturante das relações sociais no modo de produção capitalista deve, portanto, estar necessariamente entrecruzada ao fator sexo na análise das determinações do machismo na sociedade, e consequentemente na universidade que as reproduz. Para Saffioti (1976), dessa forma é possível compreender a funcionalidade da institucionalização do machismo às classes dominantes e ao sistema capitalista como um todo. O homem trabalhador tendo sua consciência submetida à naturalização por um lado de sua inferioridade enquanto classe, e por outro de sua superioridade enquanto homem, atua como mecanismo mediador da marginalização da mulher que pesa em última instância à sua própria marginalização enquanto trabalhador. Sem perceber, submete a mulher enquanto válvula de escape das tensões sociais geradas no capitalismo e cria para si mesmo a condição que o submete ao exercício do totalitarismo das classes hegemônicas (internas pró-imperialistas e externas imperialistas). Florestan Fernandes (2015) desenvolve a categoria de “*totalitarismo de classe*” enquanto forma específica de fascismo que se manifesta no capitalismo dependente latino-americano de uma forma geral, e em particular no Brasil, que legitima a concepção dominante para a qual os privilégios são naturais, úteis e necessários à defesa da ordem, do progresso e do homem “bom” e “honesto”. Bondade e honestidade estas fantasiadas pelo fetichismo do dinheiro, nos termos de Marx (1986), naturalizam a cultura oficial dominante enquanto a imagem de civilização e impõem uma ordem constitucional, que mesmo com a aparência democrática, só tem validade para os “mais iguais”, ou seja, o homem, branco, rico, adulto e heterossexual.

Para Florestan Fernandes (2015), a classe dominante nas economias dependentes fundamenta seu autoprivilegiamento e a autodefesa de seu poder em determinações de natureza fascistas, entrelaçadas a outras formas de violência organizada e institucionalizada nas estruturas de poder e na maquinaria do Estado, entre as quais destacamos o machismo. Segundo o autor, o fascismo no Brasil atua em duas frentes concomitantes. Por um lado pelo enfraquecimento da ordem política

bloqueando os avanços das políticas progressivas e contra a democratização como processo de mudança estrutural, interrompendo qualquer possibilidade de revolução democrática burguesa ou nacionalista no sentido da revolução “*dentro da ordem*”. Por outro lado, pelo uso estratégico do espaço político para ajustar o Estado e o governo a uma concepção nitidamente totalitária de poder contra todos os movimentos socialistas, classificando-os como “terroristas” e buscando barrar qualquer movimento da revolução “*contra a ordem*”. Impregna assim todas as estruturas de poder na sociedade com um alto nível de militarização e tecnocratização de forma que qualquer mudança vem no sentido de manter o *status quo* e que não importe quem ocupe o governo, desde que mantenha as massas sob controle.

A atualidade do seu pensamento pode ser associada aos projetos de lei conservadores e reacionários e das chamadas “pautas bomba” que tramitam no congresso nacional em reflexo aos avanços dos contextos de recessão mundial e nacional. Podemos destacar as propostas de emendas constitucionais (PEC) e os projetos de lei (PL) a respeito da restrição da concepção de família baseada apenas na união estável ou casamento entre um homem e uma mulher (PL 6583/2013) desrespeitando a pluralidade na organização familiar brasileira; das restrições impostas à legalização e discriminação do aborto e da tipificação de crime contra a vida o anúncio de meio abortivo prevendo penas a quem auxilia a gestante que praticou aborto e criminalização das vítimas de estupro (PL 5069/2013); da criminalização dos movimentos sociais pela lei antiterrorismo (PL 2016/15); pelo retrocesso na regulamentação das terras indígenas (PEC 215/2003); pelo ajuste fiscal sobre os direitos sociais, especialmente sobre a educação como o desmonte do Regime Jurídico Único (PL 2723/2015), a regulamentação da terceirização com o aprofundamento da precarização e da flexibilização dos contratos de trabalho nas instituições privadas e públicas (PL 4330/2015 transformado no PLC 139/15 no senado); entre outras declarações públicas diárias de machismo e despotismo pelos congressistas como as que estamos vivenciando atualmente.

Desta forma, Fernandes (1976) salienta o movimento de polarização conservadora da consciência burguesa no Brasil que esconde como a outra face do “nacionalismo burguês” seus interesses de classe, de dominação de classe, e de solidariedade de classe burguesa com os interesses capitalistas estrangeiros, fundindo a república parlamentar com o fascismo. Articulada à defesa de um projeto de revolução institucional que submeta a revolução nacional a limites que sejam compatíveis com a reprodução da dependência e do subdesenvolvimento, mantém, nos termos do autor, a revolução nacional em um “*circuito fechado*”, no qual cria uma superestrutura de opressão e bloqueio a qualquer mudança social relevante.

Naturaliza assim a dominação burguesa como única fonte de “*poder político legítimo*” e estabelece um tipo de opressão sistemática e mecanismos de repressão que aparecem conciliados com os ideais de democracia burguesa. No entanto, em sua essência esconde uma dominação organizada e institucionalizada do despotismo burguês, com uma profunda cisão entre a sociedade civil (composta por uma minoria “ativa” e “esclarecida”) e a Nação (ficção em torno da concepção burguesa do que deve ser a “ordem legal”, inclusive em um projeto de “educação democrática”). Caracterizado enquanto modelo autocrático burguês, mantém-se a renovação e o fortalecimento do poder burguês como fim em si mesmo, articulado com uma extrema concentração social da riqueza, uma drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional e a persistência do que o autor designará de formas “pré ou subcapitalistas de trabalho” e “depressão medular do valor do trabalho assalariado” que associamos à estruturação da superexploração na essência.

A instabilidade interna de tal sistema de dominação se dá por fissuras dentro da própria classe dominante assim como por pressões de baixo em permanente expansão das classes populares e do proletariado, levando a um contexto comparado ao de uma guerra civil latente. Há desta forma, uma necessidade constante de garantia da “ordem” e de um “desenvolvimento com segurança”, o que vem sendo alcançada por uma “paz-armada” em um processo de “contrarrevolução prolongada” pelos termos do próprio Fernandes (2005). A articulação entre o fascismo e o machismo no capitalismo dependente além de ocultar essas tensões sociais em permanente expansão, principalmente em momentos de recessão, desvia a atenção da sociedade para características físicas como causa dos problemas sociais, naturalizando-os e, portanto, tornando-os imutáveis.

Como ponta final do mecanismo de compensação das transferências de valores às economias capitalistas hegemônicas, estabelecido pela superexploração dos trabalhadores dos países dependentes, aparece a mulher e os mitos que a naturalizam como um ser frágil, incapaz e com necessidade de ser permanentemente tutelada pelo homem. Sua felicidade e sexualidade são vinculadas e submetidas necessariamente ao casamento e à reprodução na estruturação de sua posição social, econômica e mesmo de sua personalidade e humor. A desigualdade de direitos que enfrenta aprisiona a mulher à opressão em que está submetida na concepção de família patriarcal, apropriada na época moderna pela concepção de família burguesa (SAFFIOTI, 1976). A autora entende a compatibilidade deste tipo de concepção de família com o próprio modo de produção capitalista, no qual o papel central da acumulação de riquezas e a função da herança no processo são as bases de sustentação da divisão de classes e da opressão da mulher como reprodutoras de herdeiros resgatando o debate em Engels (2002).

Quando voltamos o olhar para a origem desta naturalização do modo-mulher submissa e de todas as formas de violência a que as mulheres estão submetidas, há estudos que indicam uma construção social desta dominação de um sexo sobre outro mesmo antes da sociedade capitalista. Engels (2002) remonta esta origem desde o desmoronamento do direito materno, colocando como “*a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*” (ENGELS, 2002, p.60). Segundo este autor, o primeiro efeito do poder exclusivo dos homens pode ser associado à forma de família patriarcal, na qual indivíduos, livres e não livres, se organizavam submetidos ao poder paterno de seu chefe. Por mais que o modelo de família tenha sofrido transformações nos dias atuais, percebe-se que o alicerce do poder em torno do homem se mantém e se reproduz. Associada à lei da herança, foi necessário garantir a paternidade dos filhos, e assim, a fidelidade da mulher. Para tanto, esta vem sendo entregue sem reservas ao poder do homem que reproduz de forma dissimulada nas relações entre sexos a ideia retrógrada de que, segundo as próprias palavras do autor “*quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito.*” (ENGELS, 2002, p. 61). Portanto, a instituição família patriarcal ainda se faz presente e permanece naturalizada na sociedade moderna, por mais que as mulheres tenham conquistados vários direitos em busca de sua autonomia, como o direito ao divórcio, ao voto, ao trabalho remunerado, entre outros que vem sofrendo ataques conservadores com o acirramento da crise econômica e política e da consequente polarização entre classes.

Godinho (2005) também desenvolve a ideia de que embora a opressão do homem sobre a mulher não tenha surgido com o capitalismo, este soube se apropriar desta desigualdade para aprofundar a exploração dos trabalhadores de acordo com as necessidades de seus momentos conjunturais. Ainda recaem sobre a mulher as obrigações domésticas (cozinhar, lavar, limpeza e cuidados com os filhos) na sua submissão à forma de família individual, o que leva à redução dos custos com a reprodução da força de trabalho (assumindo a mulher no âmbito do trabalho doméstico não pago, parte do trabalho socialmente necessário associado ao valor da força de trabalho), assim como à ampliação da exploração pelo rebaixamento dos salários de uma forma geral abaixo de seu valor (estruturante do mecanismo de superexploração). A concepção de família patriarcal também revigora a manutenção de uma divisão e competição de interesses e privilégios dentro da classe trabalhadora e a assimilação da ideologia burguesa, dificultando a tomada de consciência sobre a opressão em si. Isto reitera que a condição de gênero, e não apenas de classe, incide sobre o acesso, ou não, a recursos materiais e sociais sendo, portanto, categoria estruturante para a análise das relações sociais de trabalho em geral, e na universidade que as reproduz em particular. Neste sentido, entendemos o fascismo e o machismo como forças muito modernas, com objetivos diretos de condicionar o “desenvolvimento com segurança”, que segundo Fernandes (2015), são desdobramentos da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas

multinacionais para a garantia da estabilidade política na periferia do sistema, e de interesses reacionários e contrarrevolucionários. Alinhados às burguesias internas, a conservação de privilégios, mesmo que capitulados ao imperialismo, são preferidos à luta mesmo que nos limites de um nacionalismo burguês.

4. O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA INTEGRAÇÃO PERIFÉRICA DA MULHER NO CAPITALISMO DEPENDENTE SOB A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Sob o totalitarismo de classe desenvolve-se a concepção de educação e sociedade na qual a cultura de setores da classe dominante opera e é imposta como cultura universal de civilização. Em uma pretensa neutralidade de conteúdos conferida apenas a uma concepção positivista e naturalizada do sistema capitalista e da sociedade de classes como auge do desenvolvimento humano, a cultura especial da classe baixa é contraposta como folclore ou cultura popular, e qualquer perspectiva mais crítica ao sistema dominante é tachada como panfleto partidário e discriminada enquanto conhecimento científico. Dessa forma, a propensão interna dos países latino-americanos para o autoritarismo e o fascismo é intensificada e reciclada pela crescente rigidez política contra o socialismo e o comunismo, assim como contra o materialismo histórico enquanto método científico objetivo de análise e transformação da sociedade (MARX, 2009). Nas reflexões do autor sobre a consciência e o debate entre o idealismo e o materialismo, a classe dominante impõe suas ideias como dominantes e seus interesses de classe como interesses universais para manter sua dominação. Nesta construção a partir de Fernandes (2015), o totalitarismo de classe no capitalismo dependente produz seu próprio tipo de fascismo, não sistemático e não concentrado (diverso das formas de fascismo experimentadas na Alemanha e na Itália) para manter o poder. Com nexos dentro do Estado e do governo, impregna todas as estruturas de poder na sociedade e se constitui na ideia abstrata do “Homem” e do que é tido como “socialmente referenciado” das “únicas ideias racionais”, com reflexos na universidade em seus conteúdos ministrados e na tônica de suas questões de pesquisa e ações de extensão.

Leher e Motta (2014) discutem como a universidade sofreu mudanças frente aos desdobramentos da revolução industrial e do capitalismo monopolista, sendo ajustada de acordo com seus momentos de crise estrutural. No Brasil, os autores expõem os nexos entre o capital e as universidades públicas no decorrer do século XXI, assim como sua tendência para a afirmação e a reconfiguração das instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos e das aquisições e fusões pelos fundos de investimento no sentido de aprofundar a mercantilização da educação. Segundo a análise apresentada, o trabalho docente e o próprio projeto de universidade vêm sendo alienados e

expropriados por estratégias econômicas burguesas que alteram a função social da universidade dentro do padrão de acumulação do capital com determinações próprias no capitalismo dependente.

Especificamente, alertam para o domínio das frações financeiras e a enorme transferência de recursos do fundo público para portadores de títulos da dívida, o que se acirra nos momentos de crise. Pelo relatório final do orçamento publicado pela comissão mista de orçamento da câmara em 2014, os gastos públicos direcionados ao pagamento de juros e amortizações da dívida somavam 42,42% do orçamento público federal, enquanto para a educação como um todo (ensino básico, médio e superior), restringiam-se a 3,44%. Ao contrário do que estava estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE)⁶, que previa a ampliação do investimento público em educação pública atingindo no mínimo o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) no final do decênio, houve um movimento de corte desses recursos em resposta à queda das receitas atreladas a seu financiamento. Uma de suas principais fontes advém dos recursos do pagamento de participação especial e de royalties do pré-sal, que se restringe com a queda nos preços internacionais do petróleo e com os problemas de caixa na Petrobrás. Segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2016⁷, a rubrica que mais sofreu cortes foi a de custeio cujo valor nominal registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do tesouro nacional vem reduzindo de 45.738,82 milhões de reais em 2014, para 44.537,19 milhões em 2015, com previsão ainda de mais queda para 43.937,17 milhões de reais em 2016. Encerra-se assim o dilema comum da universidade na América Latina como debatido por Fernandes (1970), tendo de um lado, condições piores de trabalho e baixo rendimento com a restrição de recursos para financiamento visto a remessa de grande parte do excedente econômico ao exterior. E de outro, a subordinação do processo de pesquisa e desenvolvimento de ciência e tecnologia aos grandes oligopólios internacionais das potências hegemônicas do capitalismo mundial.

No capitalismo dependente, como discutem Leher e Motta (2014), é restrito o número de universidades que chegam a estruturar departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) próprios, localizados na maior parte nos países tecnologicamente avançados. As corporações transnacionais com domínio sobre as economias dependentes remetem à suas matrizes tanto o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (C&T), como a ocupação dos cargos de trabalho nas engenharias e outras áreas científicas, buscando as universidades apenas quando necessitam ajustes tecnológicos ou a operacionalização de serviços por pessoal com maior qualificação e equipamentos

⁶ Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm acesso em 06/03/2016.

⁷ Lei nº 13.255, de 14/01/2016. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/loa-2016> acesso em 06/03/2016.

de elevado custo se apropriando direta e indiretamente das verbas e investimentos públicos nas IFES.

Engendram, assim, a formação de trabalhadores e intelectuais que operem a agenda da classe dominante sem qualquer problematização sistemática dos objetivos particularistas que ocultam sob a ordem dada e naturalizada, afastando a universidade dos seus preceitos de autonomia e indissociabilidade científica, tecnológica e cultural. A disjunção entre o professor, o cidadão e o cientista discutidos por Fernandes (1989) está na base dessa relação de acomodação do intelectual em sua responsabilidade com a ordem e coloca a escola como se estivesse fora da sociedade, em oposição à relação de tensão na concepção da escola enquanto espaço de transformação da sociedade.

Além disso, Leher e Motta (2014) apresentam estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 que comprova a inexistência de relação direta entre a demanda de força de trabalho pelo capital e a expansão do serviço educacional associado como mercadoria. Segundo esse, a projeção da força de trabalho com educação superior do setor industrial é de apenas 3% a.a. em média, levando ao desvio de funções dos profissionais referentes à sua área de formação. Os dados sistematizados apresentam que sete em cada dez profissionais de ciência, tecnologia e engenharia não ocupam cargos típicos de sua formação. Este seria mais um reflexo da racionalidade do setor submetida à lógica da venda de serviços com fins lucrativos, e não da necessidade de suprir a força de trabalho aos diversos ramos da produção. A tendência expressa seria, portanto, de aumento crescente do excedente de trabalhadores formalmente qualificados no uso de tecnologias produzidas pelas grandes corporações, congruentes com a pedagogia demandada para manter o *status quo* e engrossando as fileiras do Exército Industrial de Reserva de forma altamente funcional ao capital.

Mésarós (2008) reforça esta perspectiva imposta para a educação institucionalizada, que exerce assim duas funções fundamentais para a sociedade capitalista, sendo peça para produzir os trabalhadores necessários para alimentar o processo de acumulação do capital por um lado, e para transmitir um quadro de valores que crie consenso e legitime a própria divisão de classes como a única forma possível de organização societária por outro. A deturpação dos conteúdos ensinados dessa forma, deve se manter enquanto regra evitando os riscos à ordem existente estabelecida como “ordem natural”. É com este raciocínio que a ideologia liberal cria uma apologia em torno da ideia abstrata de virtude e diligência como fonte de riqueza capitalista, em contraposição ao relaxamento da disciplina, ao vício, à ociosidade e à corrupção como fonte de pobreza. O autor resgata historicamente como forma de disciplinar os trabalhadores pobres a origem das primeiras propostas

no século XIX das escolas profissionalizantes inseridas no contexto das Leis dos Pobres e das medidas de restrição à “vagabundagem”. Obviamente, essa concepção é radicalmente oposta nas tradicionais instituições educacionais elitistas nas quais os “*homens da razão*” (segundo os termos do autor) consideram adequadas para si mesmos.

Para Mésarós (2008) mudanças formais nas leis e diretrizes educacionais podem ocorrer desde que mantenham intacta a ordem do capital e sejam subordinadas a ela como quadro de referências orientador da sociedade. A educação formal serve, portanto, de mediação ao aprofundamento de uma desumanizante alienação e uma subversão fetichista do real estado das coisas na consciência, na qual os seres humanos são cada vez mais vistos e tratados como coisas e as coisas assumem o *status* de sujeitos (MARX, 1986). Essa concepção tendenciosamente estreita de educação exclui a maioria da humanidade do agir ativamente como sujeitos, condenando-a a se comportar passivamente como objetos em nome de um meritocracismo supostamente superior de uma elite tecnocrática e empresarial.

A naturalização nas instituições que subordina o ensino, a pesquisa e a extensão às demandas individualistas das classes dominantes resulta pela análise de Leher e Motta (2014), da refuncionalização constante da universidade em prol dos desígnios da inserção dependente do Brasil no movimento cíclico do sistema capitalista mundial, que redefine internamente a própria função social do trabalho docente. Não sendo apenas uma imposição externa, adéqua-se bem aos interesses das classes dominantes internas pró-imperialistas, assim como tem adesão de parte dos docentes que seduzidos perante a supremacia da chamada “*inovação*” em sua centralidade no financiamento à pesquisa, assim como na complementação de renda em um contexto de recessão, desvalorização salarial e perda de direitos.

Sem perceber, os trabalhadores de forma geral, e os docentes em especial, criam para si mesmos a condição de subsunção real do trabalho ao capital, produzindo formas de expropriação e alienação cada vez maior do seu próprio trabalho. Sofrem um processo de expropriação do conhecimento e da propriedade intelectual culminando no que os autores vão caracterizar enquanto “*proletarização do trabalho intelectual*”. Apesar da aparente contradição dessa determinação, é possível compreender sua essência em que o trabalho docente passa a ser orientado pelas agências de fomento que induzem segundo uma racionalidade tecnicista o que é ou não relevante em termos de pesquisa, esvaziando sua dimensão criativa. Este movimento se dá também na pós-graduação, que desde os anos 1970 passam a ajustar seus próprios léxicos às circunstâncias políticas e institucionais. As formas de silenciamento do pensamento crítico passam desde o exílio e a exoneração de vários docentes durante a ditadura aberta, à formas atuais disfarçadas de isolamento dos professores em

seus departamentos que deixam de contar com o financiamento dos órgãos de fomento e são forçados a abandonar grupos de pesquisa, temáticas e autores que ponham em risco a “ordem” e o “progresso”.

Fernandes (1989) dialoga com essas ideias quando discute a limitação do horizonte cultural do professor associado à sua “brutalização” no Brasil. O professor ao exercer o papel de agente de transmissão da cultura dominante, tem seu lado intelectual domesticado à realização de uma cultura por imitação em mediação à dominação política, econômica e cultural da elite. Atua como instrumento de dominação em contraposição a uma relação criadora com o estudante e com a sociedade. Assim a formatação de um caráter mecânico e autoritário à educação funcionaliza a concepção da natureza humana como uma máquina a aprender técnicas divorciadas da capacidade de pensar, e o trabalho docente se aproxima do trabalho do proletário não por uma solidariedade de classe, mas pela subordinação de ambos aos desígnios do capital.

O produtivismo acadêmico estabelecido nessa lógica curva a universidade ao ditame da mercantilização da educação apagando permanentemente as realizações passadas do docente, desde que considera apenas a produção do último triênio, agora prorrogado para o quadriênio, independente da relevância de seus trabalhos anteriores, como ressaltam Leher e Motta (2014). A educação e a ciência nessa perspectiva são constrangidas dentro de um padrão de tempo curto, e de natureza superficial e descartável, como todas as mercadorias na obsolescência programada e crescente do sistema. O resultado da expropriação e alienação promovidas sobre o trabalho docente é o adoecimento e o estresse. Juntamente com a ressignificação de palavras críticas ao capitalismo e à hegemonia dos “mais iguais” tornam-se o cimento ideológico do projeto de universidade que reproduz a dominação do capital sobre o trabalho, e do homem sobre a mulher, com a inserção ainda mais marginalizada desta no capitalismo dependente.

A complexidade e a co-extensividade das relações sociais de classe e de gênero advogadas por Araújo *et al* (2006), submete as atividades profissionais delegadas às mulheres a uma divisão sexual do trabalho, com discriminação social das atividades delegadas ao sexo feminino, sendo essas na maioria das vezes um quase “prolongamento” de suas funções no âmbito da família. Além disso, as mulheres acumulam uma jornada dupla de trabalho, e às vezes tripla, levando a uma maior incidência de adoecimento psíquico, estresse, depressão, ansiedade, entre outros sintomas psicossomáticos raramente associados à sua situação de sobrecarga, como evidenciam as autoras em pesquisa realizada sobre os diferenciais de gênero no trabalho docente no ensino básico de Vitória da Conquista na Bahia.

A visão machista enlaçada ao fascismo coloca também a mulher em competição com o homem trabalhador, deslocando como responsabilidade da trabalhadora a causa do desemprego masculino. Vista (fora e dentro da universidade) como concorrente, a mulher sofre ainda mais com a restrição de sua participação às atividades e setores menos compensadores, subalternos, mal remunerados e sem perspectivas de promoção (exemplo a participação minoritária de mulheres entre professoras e estudantes de cursos como engenharias, medicina e sua contrapartida majoritária nos cursos de licenciatura, serviço social, enfermagem...). Reforça assim, a divisão sexual do trabalho sobreposta à divisão técnica e social do trabalho, com grandes desvantagens às mulheres, como explicam Hirata e Kergoat (1994). Para as autoras, as relações de exploração se entrelaçam às de subordinação da mulher em múltiplas dimensões, desde o processo de formação e aquisição de qualidades, ao papel imposto à mulher no universo reprodutivo de âmbito privado. Este mantém como responsabilidade da mulher as tarefas reprodutivas, de socialização e educação dos filhos, dos cuidados com a saúde legitimando sua inferioridade enquanto trabalhadora e sua integração periférica no sistema produtivo. Além disso, sofrem a falta de colaboração dos companheiros na defesa de pautas específicas e na ocupação de cargos de poder.

Um desdobramento da institucionalização do machismo atrelado ao fascismo na universidade vem se dando de forma oculta no processo de reestruturação que a mesma vem sofrendo desde o estabelecimento da expansão do sistema de ensino superior via o Programa Universidade para Todos (PROUNI) com financiamento público de bolsas estudantis nas instituições privadas de ensino e no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁸ desde 2008. São muitos os exemplos que podem ser elencados a partir dessa nova reconfiguração universitária, como a avaliação por indicadores estritamente quantitativos, o aumento do número de alunos nas turmas por professor, o desvio de função dos docentes diante a restrição dos quadros técnicos, assim como a organização das vagas e concursos públicos via o banco de equivalentes retirando o direito imediato a professor substituto nos caso de licença maternidade, licença saúde, licença para capacitação, entre outros direitos conquistados na carreira docente que vão paulatinamente sendo perdidos. Em um contexto de crise e recessão acirra-se a perda de direitos e a competição entre trabalhadores que se manifesta de forma desigual entre sexos, reforçando na essência a própria contrarrevolução em prol da unidade e segurança da ficção constituída em torno do que vem a se colocar enquanto interesses da “Nação”.

A comum falta de vagas em creches universitárias, quando existem, é outro exemplo de desigualdade de condições, forçando a contratação deste tipo de serviço em lugares distantes do

⁸ <http://portal.mec.gov.br/> acesso em 17/02/2016.

local de trabalho, dificultando deslocamentos das mães ao e do trabalho e inviabilizando horas de dedicação necessárias para sua inserção nas instâncias de poder. Negligência inclusive qualquer perspectiva de responsabilidade pública sobre a socialização dos filhos e a garantia do aleitamento materno. A falta de contratação de profissionais especializados em saúde da mulher também deve ser destacada, como médicos ginecologistas; entre outras pautas específicas das trabalhadoras que ficam relegadas a um segundo plano, apesar das aparências de igualdade de direitos serem mantidas em um contexto de demandas bastante distintas.

A discriminação em relação à classe e ao sexo nas Universidades vem sendo cada vez mais publicitadas diariamente nas relações estabelecidas entre professores, nas quais as mulheres são delegadas a funções de secretaria ou quando assumem cargos de comando são obrigadas a se “masculinizar”; nas relações entre professores e técnicas, sendo estas últimas muitas vezes inferiorizadas no exercício de sua função; e nas relações entre docentes e discentes, como o assédio moral e sexual que ocorrem tanto do professor à aluna, como do aluno à professora, e que se acirram nos momentos de crise do capital e com a polarização entre classes na sociedade.

Assim, no contexto atual de relações sociais cada vez mais tensionadas, no Brasil o reflexo e reforço das mesmas nas (e pelas) relações estabelecidas dentro da universidade, enfraquecem também a participação das mulheres nos espaços políticos de exercício do poder institucionais, nos sindicatos e na luta como um todo. Ao criar barreiras ao desempenho de funções de direção, a formação política das mulheres fica fragilizada reforçando ainda mais a discriminação do gênero como um círculo vicioso (SAFFIOTI, 1976). A negligência de suas capacidades, saberes e competências, se dá desde todas as relações, nas quais enfrentam obstáculos históricos a mais para se reafirmarem enquanto profissionais de qualidade análoga à dos homens. Como resultado apresenta-se a grande discrepância na ocupação de cargos de direção entre homens e mulheres na universidade brasileira. As informações sobre a participação das mulheres como dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) divulgadas pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) sistematizadas na Tabela 1 são interessante exemplo para essa reflexão.

Observa-se que no total das IFES apenas 32,8% é dirigida por mulheres, participação que se distribui de forma bastante heterogênea entre as regiões brasileiras, sendo menor no Sudeste (SE), Sul (S) e Nordeste (NE); e maior no Norte (N) e Centro-oeste (CO), regiões com substancialmente menor número de IFES reproduzindo internamente a mesma estrutura de desenvolvimento desigual.

**Tabela 1 – Participação absoluta e relativa de mulheres entre dirigentes das IFES em 2016,
Brasil e regiões**

	Número de IFES	Participação de mulheres	Número de IFES (%)	Participação de mulheres (%)
Total Brasil	67	22	100,0	32,8
Centro Oeste	5	3	7,5	60,0
Nordeste	20	6	29,9	30,0
Norte	10	5	14,9	50,0
Sudeste	21	5	31,3	23,8
Sul	11	3	16,4	27,3

Fonte: Informações divulgadas no sítio da ANDIFES⁹

Essa diferença de inserção da mulher nos cargos de poder se reproduz na universidade como um todo, nos segmentos e nas instâncias que a compõem, apesar de muitas vezes as mulheres possuírem maior escolaridade. As Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios (PNAD)¹⁰ indicam que no ano de 2014 o número médio de anos de estudo das mulheres ocupadas era de 9,5 anos, enquanto que o índice para os homens era de 8,3 anos, apesar disso, as diferenças entre os salários médios eram substanciais (R\$1.885,00 para os homens e R\$1.332,00 para as mulheres).

Atualmente as mulheres já são a maioria na busca por educação superior, pelos dados do Ministério da Educação (MEC) de 2014, representavam 55,7% das 6.486.171 matrículas em cursos de graduação presenciais. No entanto, percebe-se que a inserção das mulheres nos cursos por organização acadêmica ainda se dá de forma desigual, somando 67,6% de participação feminina quando se tratam de cursos de licenciatura, em contraposição aos 54,4% nos bacharelados e 48,8% nos cursos tecnológicos, onde os homens assumem a maioria. Apesar disso, os homens continuam representando 54,7% dos docentes em exercício das Instituições de Ensino Superior (IES), número que aumenta para 62,1% nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

O controle da educação (assim como da economia, da comunicação de massa, das eleições rituais e de parlamentos simbólicos) atua no aprofundamento das várias expressões da opressão e na neutralização da oposição, dos movimentos feministas socialistas, dos sindicatos, das greves de trabalhadores da educação e dos estudantes, da desobediência civil como um todo. Associado à polícia e aos controles militares legais abrem caminho para o aprofundamento da presença

⁹ <http://www.andifes.org.br/> acesso em 16/02/2016

¹⁰ Realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

estrangeira em todos os planos da vida econômica, política e social transferindo para fora processos vitais de decisões e centros de poder aparentemente nacionais. Assim, segundo o modelo autocrático burguês de Fernandes (2005), a organização da hegemonia burguesa, e da centralidade que tem na atuação do Estado, confere ao padrão social de “paz armada” vantagens políticas e legais aos “mais iguais”. O que repercute também na confrontação do pensamento crítico na sociedade como um todo, e na universidade em especial, incidindo na debilitação sistemática e corrupção de forças objetivas e subjetivas fundamentais ao fim das opressões.

5. REFLEXÕES FINAIS SOBRE A LIBERTAÇÃO FEMININA, A UNIVERSIDADE E A EMANCIAPÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Concluimos, portanto, que com o acirramento das contradições de classe impostas especialmente nos momentos de crise do capitalismo, como o que vivenciamos desde o estouro da bolha hipotecária dos títulos *subprime* em 2008, aprofundam-se em consequência as manifestações de machismo articuladas às de fascismo na sociedade com reflexos em todas suas instituições derivadas (na superestrutura como um todo entre igrejas, escolas, inclusive na universidade). Por outro lado, a superação das desigualdades e discriminação social só é possível concomitante com o processo de libertação feminina, entendendo a questão de gênero como parte constituinte da própria questão social e à própria libertação da consciência das classes oprimidas.

O padrão de desenvolvimento desigual e combinado, em que mesmo os requisitos mínimos para atendimento das necessidades humanas são negados à maioria esmagadora da humanidade, cria um dilema social com tensões latentes em que a perspectiva capitalista seria estrutural e historicamente incapaz de resolver. As vastas proporções da população brasileira que estão na condição de “*condenados do sistema*” associam-se a esta impossibilidade de justiça social e revolução dentro da ordem burguesa, submetida à dependência. Por um lado há o interesse das elites de manter o *status quo* que garante sua condição de privilegiados. Por outro, isso se dá pela manutenção da reprodução social do trabalho sob formas que nem sequer chegam a se transformar na mercadoria força de trabalho, ou quando chegam, transformam-se em mercadoria superexplorada. Estabelece-se, desta forma, uma muralha contra mudanças no país. As possibilidades restritas de reformas que não alteram de forma estrutural a organização da sociedade brasileira encurralam as massas de despossuídos entre dois fogos bem descritos por Fernandes (1972). A perda dos padrões paternalistas tradicionais e a impossibilidade de imporem respeito às garantias sociais e benefícios das relações assalariadas.

O dilema posto pela inserção dependente das economias periféricas na divisão internacional do trabalho limita qualquer possibilidade de “*revolução dentro da ordem*”. Para quebrar este círculo vicioso de dependência e subdesenvolvimento, seria necessária uma ruptura com o caráter de dependência como ponto de partida. Dado o desinteresse das classes dominantes de completarem esta via de mudanças, e de qualquer alteração do *status quo* em que se inserem de forma privilegiada, resta ainda a possibilidade de soluções do tipo socialistas para a crise estrutural do capital. Para tanto, as transformações necessárias se dariam nos marcos de uma “*revolução contra a ordem*”, como estratégia e desafio para a classe trabalhadora.

Nesses termos reafirmamos a contradição que se aguça no seio da universidade brasileira dialeticamente constituída como a afirmação do e a oposição ao projeto hegemônico do capital. Se em um polo a concepção ainda dominante na universidade reforça a institucionalização do machismo e do fascismo nas relações sociais, no polo oposto encontra-se sua concepção enquanto instrumento de uma crítica social objetiva que desnuda a opressão e suas raízes na naturalização da cultura oficial dominante enquanto imagem de civilização.

A educação, para além da aparência democrática da ordem constitucional burguesa, passa nessa perspectiva crítica e autônoma a exercer papel essencial na transformação da realidade e na luta da classe trabalhadora. Para seu fortalecimento, não basta a negação do projeto existente (no qual a privatização se apresenta como solução). Mas é necessária a construção de uma abordagem educacional a ser defendida como propõe Mézarós (2008), devendo essa adotar como princípio orientador a totalidade das práticas político-educacional-culturais em uma concepção mais ampla possível de transformação emancipadora e de formação de uma “contraconsciência” ativa e dinâmica capaz de incidir sobre a educação formal, assim como os mecanismos sociais de internalização opressivos da ideologia burguesa.

A exigência de uma intervenção consciente ampla, de homens e mulheres, no processo histórico de existência da humanidade não pode se restringir a um reduzido grupo seletivo, sendo fundamental na tarefa de superar a alienação e a reificação. É preciso também repensar a educação do educador necessária para “humanizar o ser humano” nos termos de Fernandes (1989), que priorize a formação de uma consciência política aguda e aguçada, o acesso a instrumentos intelectuais para ser crítico e desenvolver essa nova prática para além da escola em uma atitude de confraternização e cooperação social. A ressignificação do “*professor proletário*” passa então a sua reeducação por sua ação militante no processo de educar pela compreensão do ser humano que vai à escola e suas questões, pelo qual ele também se educa.

A educação não é o princípio por si só capaz de concretizar uma transformação social efetiva para além da lógica do capital, mas é peça fundamental para romper a armadilha da desigualdade e opressões associada ao *status quo*. Sem uma alteração radical em torno de suas prioridades e necessidades, o ensino formal de uma maneira geral, e a universidade em especial, são incapazes de assumir os objetivos emancipatórios na constituição de uma liberdade que seja substantiva e não apenas retórica.

As potencialidades criadoras reprimidas encontram no próprio intelectual as possibilidades de se expandirem livremente como concebe Fernandes (1980), tanto as progressistas reformistas como as revolucionárias. A depender do grau de consciência crítica e militante, a correlação de forças na situação histórica pode converter o intelectual de uma postura de “*encravamento na sociedade capitalista*” a um “*fator humano da história em processo*” (FERNANDES, 1980, p.249). O feminismo se coloca neste contexto de recessão como frente de luta e tarefa imediata do intelectual crítico militante contra o machismo e o fascismo institucionalizados e cada vez mais explicitados no capitalismo dependente e, portanto, não pode ser separado ou colocado em oposição à tarefa estratégica de libertação do trabalho como um todo dos desígnios imperialistas. É nessa compreensão que a transformação emancipadora da universidade deve reafirmar a palavra de ordem fundamental do movimento de mulheres trabalhadoras: “*Sem feminismo, não há socialismo!*”

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia M.; GODINHO, Tiana M.; REIS, Eduardo J. F. B.; ALMEIDA, Maura M. G. A. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, n11, v.4, p. 1117-1129, 2006.

BAMBIRRA, Vania. *El capitalismo dependiente latino-americano*. México: Sigilo XXI, 1974. 185p.

CAMPOS, Cristiane S. S. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS*. Buenos Aires: CLACSO - Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2011. 208p.

DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clásicos Políticos da América Latina; Banco Central de Venezuela, 2012. 628p.

Engels, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002. 302p.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976. 224p.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980. 272p.

XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
A Economia Política da Recessão

- FERNANDES, Floestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. 175p.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil* São Paulo: Editora Globo, 2005. 504p.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e Contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 152p.
- FRANK, André G. *El Subdesarrollo del Desarrollo: um ensaio autobiográfico*. Venezuela: Nueva Sociedad, 1991. 80p.
- GODINHO, T. O feminismo e a luta dos trabalhadores. In: *MST, Setor Nacional de Gênero. Construindo Novas Relações de Gênero: desafiando relações de poder*. Brasília, DF: Setor Nacional de Gênero – MST; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2005. p. 49-56.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danielle. A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, ano 2, n. 1, pp. 93-100, 1994.
- LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia C. da. Trabalho Docente Crítico como Dimensão do Projeto de Universidade. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 6, n.1, p. 48-78, jun. 2014.
- MARINI, Rui M. *Dialéctica de la dependencia*, México: Ediciones Era, 1991. p. 9-77.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 1.208p.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 126p.
- MÉSARÓS, Istévan. *A Educação par além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008. 126p.
- SAFFIOTI, Heleieth B. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976. 383p.